

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Folha de São Paulo

CLASS. : φ4

DATA : 15.02.85

PG. : 7

Geólogos querem uma definição para a política mineral nacional

Reportagem Local

A nova diretoria da Coordenação Nacional dos Geólogos, presidida por Romualdo Paes de Andrade, 39, que assumirá no próximo dia 1º de março, está preocupada com a indefinição do novo governo sobre as linhas básicas de sua política mineral. Embora a entidade se manifeste a favor do anunciado desdobramento do Ministério de Minas e Energia, os geólogos entendem que esta medida teria que ser acompanhada de uma reordenação geral da política do setor mineral e da reestruturação institucional das empresas estatais e autarquias.

Por isso, juntamente com a posse da nova diretoria, a CNG promoverá uma reunião do conselho de representantes integrado pelos presidentes das dezessete associações profissionais estaduais e do sindicato de São Paulo, na qual será elaborado um memorial de reivindicações ao novo governo.

Tanto Andrade, como o atual presidente, Gerônimo Rocha, 42, queixam-se que, até agora, apesar dos inúmeros congressos e seminários promovidos pelas entidades de classe para a discussão das distorções no setor mineral nestes últimos 21 anos, os geólogos ainda não tenham sido consultados pelos que elaboram os planos do governo Tancredo Neves.

"Até agora, não há ainda sequer enunciados básicos para a política de governo na área mineral. O noticiário dos jornais se limita a fazer indicação de nomes para os ministérios e empresas estatais. Nos contatos que temos feito com outras entidades do setor, inclusive de empresários, sen-

timos que a indefinição é geral", afirma Rocha, o presidente em fim de mandato.

Paes de Andrade, que está entrando, lembra que o setor de energia consome mais de 90% dos recursos do MME, cujo orçamento para 85 é da ordem de Cr\$ 137 trilhões. O novo presidente propõe uma reorientação das pesquisas para o desenvolvimento do setor mineral, que atualmente contribui com apenas 2% do Produto Interno Bruto, enquanto na Austrália, no Canadá e na África do Sul, que têm características geológicas semelhantes ao Brasil, este índice são de, respectivamente, 19, 10 e 18%.

"Precisamos romper este círculo vicioso de investir pouco no setor porque a participação no PIB é pequena. Os levantamentos geológicos básicos, ao contrário do que acontece nesses países, estão praticamente abandonados no Brasil. Não existe planejamento.

Outra questão levantada pelos geólogos é a democratização das estatais e, para isso, sugerem a criação de um Conselho de Administração de Recursos Minerais, em lugar do atual Conselho Superior de Minas, que, segundo Gerônimo Rocha, "quase não se reúne e só representa o segmento empresarial".

Os geólogos reivindicam ainda medidas de ordem jurídico-institucional para o disciplinamento das atividades das multinacionais do setor e a imediata definição do novo governo para problemas graves, como o dos garimpos, especialmente em áreas indígenas, e o controle dos alvarás de pesquisa em todo o País.

FSP 15.02.85 PAG. 7